



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidades Requisitantes: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal da Mulher, Agência do Trabalhador, Secretaria de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Meio Ambiente, Gabinete e Farmácia.

Processo Administrativo nº 2001/2026

Anexo nº 1795

Documentos de Formalização da Demanda nº 3003, 3002, 2983, 2993, 2995, 2988, 2996, 2984, 2991, 2989, 3004 e 2986.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de ar-condicionado e materiais permanentes para atender às demandas das Secretarias e Departamentos desta Municipalidade, cujos itens restaram desertos no último pregão realizado, pelo Menor Preço por Item, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes.

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	106221 - SMART TV LED, MÍNIMO 43 POLEGADAS, RESOLUÇÃO FULL HD OU SUPERIOR, TAXA DE ATUALIZAÇÃO MÍNIMA DE 60HZ, COM NO MÍNIMO 2 ENTRADAS HDMI E 1 ENTRADA USB, CONECTIVIDADE WI-FI INTEGRADA, RECURSOS DE ESPELHAMENTO DE TELA, COM CONTROLE REMOTO INCLUSO. BIVOLT. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID	58	1.645,26	95.425,08
ME/EPP/MEI	Lote 2	1	106153 - CAIXA DE SOM ATIVA, DE USO PROFISSIONAL OU SEMIPROFISSIONAL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 500W RMS, COM CONECTIVIDADE BLUETOOTH, COM NO MÍNIMO 01 (UMA) ENTRADA PARA MICROFONE (P10 E/OU XLR), POSSUINDO CONTROLE DE VOLUME INDEPENDENTE PARA MICROFONE, ALÉM DE ENTRADA AUXILIAR PARA OUTROS DISPOSITIVOS DE ÁUDIO. DEVERÁ POSSUIR RESPOSTA DE FREQUÊNCIA COMPATÍVEL COM A REPRODUÇÃO DE VOZ E MÚSICA, BEM COMO NÍVEL DE PRESSÃO SONORA (SPL) COMPATÍVEL COM USO EM AMBIENTES AMPLOS E EVENTOS. EQUIPADA COM ALTO-FALANTE DE NO MÍNIMO 15 POLEGADAS, ADEQUADA PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS, PALESTRAS, REUNIÕES E DEMAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS. ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO OU 220V. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, ACOMPANHADO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNID	16	3.463,33	55.413,28
AMPLA	Lote 3	1	107602 - APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO PISO-TETO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 30.000 BTUS, TECNOLOGIA INVERTER, TENSÃO 220V, GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A (INMETRO), COM FUNÇÕES DE RESFRIAMENTO, VENTILAÇÃO E DESUMIDIFICAÇÃO. COM INSTALAÇÃO INCLUSA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UNID.	35	5.148,50	180.197,50
ME/EPP/MEI	Lote 4	1	106526 - BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE APROXIMADA DE 50 LITROS, COM NO MÍNIMO 2 TORNEIRAS, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EFICIENTE, RESERVATÓRIO INTERNO EM MATERIAL RESISTENTE E APROPRIADO PARA ÁGUA POTÁVEL, COM CONTROLE DE TEMPERATURA. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL. 110V. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID	25	2.795,00	69.875,00
AMPLA	Lote 5	1	106143 - BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE APROXIMADA DE 100 LITROS, COM NO MÍNIMO 2 TORNEIRAS, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EFICIENTE, RESERVATÓRIO INTERNO EM MATERIAL RESISTENTE E APROPRIADO PARA ÁGUA POTÁVEL, COM CONTROLE DE TEMPERATURA. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL. 110V. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID	48	3.443,08	165.267,84
ME/EPP/MEI	Lote 6	1	109453 - ESTADIÔMETRO (RÉGUA ANTROPOMÉTRICA): EQUIPAMENTO PORTÁTIL, COMPACTO, PARA MEDIÇÃO DE COMPRIMENTO DE INDIVÍDUOS EM POSIÇÃO HORIZONTAL (DEITADA). CONFECCIONADO EM ACRÍLICO, E/OU ALUMÍNIO, E/OU PVC, E/OU LONA PLÁSTICA, RESISTENTE À ABRASÃO, QUE NÃO ABSORVA A UMIDADE E QUE POSSIBILITE A HIGIENIZAÇÃO SEM DETERIORAÇÃO DA ESCALA DE MEDIÇÃO. ESCALA NUMERADA A CADA CENTÍMETRO, COM FAIXA DE INDICAÇÃO DE 30 CM A 1,0 M. GARANTIA DE 1 (UM) ANO.	UNID	25	370,42	9.260,50
ME/EPP/MEI	Lote 7	1	104712 - ANDADOR INFANTIL UTILIZADO PARA TREINO DA MARCHA COM MEIO AUXILIAR. MATERIAL DE ALUMÍNIO; REGULÁVEL; PONTEIRA DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE; DOBRÁVEL E ARTICULÁVEL; CAPACIDADE SUPORTADA: 80KG.	UNID	55	301,84	16.601,20



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 8	1	107097 - CADEIRA CAIXA ALTA CADEIRA DIGITADOR - CADEIRA CAIXA ALTA GIRATÓRIA COM RODÍZIOS E COM BRAÇO ESPALDAR BAIXO, ASSENTO E ENCOSTO REGULÁVEL, COM BASE CAIXA GIRATÓRIA COM SAPATAS FIXAS, REGULAGEM DE ALTURA A GÁS NA COR PRETA COM APOIO PARA OS PÉS, DIMENSÕES DO PRODUTO (L X A X P) 98 X 63,5 X 46 MEDIDAS INTERNAS: LARGURA ASSENTO: 47 CM ALTURA ENCOSTO: 41 CM LARGURA ENCOSTO: 44 CM ALTURA MÁXIMA: 116 CM ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: 59 CM Á 69 CM. CARACTERÍSTICAS: ESTRUTURA PRODUZIDA EM MADEIRA COMPENSADA ANATÔMICA. REVESTIMENTO EM COURO SINTÉTICO OU CORANO DE QUALIDADE. ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. CONTRA CAPA NO ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. BASE GIRATÓRIA COM REGULAGEM DE ALTURA Á GÁS. SUPORTA ATÉ 120 KG; MECANISMO BACK SYSTEM COM 02 ALAVANCAS DE REGULAGEM COM MOVIMENTO DE INCLINAÇÃO.	UNID	39	714,63	27.870,57
ME/EPP/MEI	Lote 9	1	305860 - TRIPÉ SUPORTE PARA BANNER, TIPO PEDESTAL, COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO LEVE E RESISTENTE, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA AJUSTÁVEL ATÉ APROXIMADAMENTE 2,20 METROS. DEVE POSSUIR BASE COM TRÊS PÉS ARTICULADOS, GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE O USO, E SISTEMA DE FIXAÇÃO SUPERIOR TIPO GARRA PARA SUSTENTAÇÃO DE BANNERS EM ORIENTAÇÃO VERTICAL. O EQUIPAMENTO DEVE SER DE FÁCIL MONTAGEM, DESMONTAGEM E TRANSPORTE, COM ESTRUTURA DOBRÁVEL PARA OTIMIZAR O ARMAZENAMENTO. INDICADO PARA BANNERS DE DIVERSOS TAMANHOS. PRODUTO RESISTENTE, DE USO PORTÁTIL, DESTINADO A APLICAÇÕES EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS.	UNID	17	76,80	1.305,60
ME/EPP/MEI	Lote 10	1	305859 - FRAGMENTADORA AUTOMÁTICA (USO INTENSIVO): FRAGMENTADORA DE PAPEL DE USO PROFISSIONAL, COM SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 (CEM) FOLHAS POR CICLO, ADEQUADA PARA FRAGMENTAÇÃO DE GRANDE VOLUME DE DOCUMENTOS EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS. DEVERÁ POSSUIR TAMBÉM ENTRADA MANUAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 (OITO) FOLHAS POR VEZ (PAPEL A4 75G/M²). SISTEMA DE CORTE EM PARTÍCULAS (CONFETE), COM NÍVEL DE SEGURANÇA MÍNIMO DIN P-4 OU SUPERIOR. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ENGENHARIAS INTERNAS EM AÇO OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA EQUIVALENTE, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E DESEMPENHO CONTÍNUO EM USO INTENSIVO. CAPAZ DE FRAGMENTAR PAPEL, GRAMPOS E PEQUENOS CLIPES. DEVERÁ POSSUIR CESTO COLETOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS. DEVERÁ POSSUIR RODÍZIOS (RODINHAS) OU SISTEMA EQUIVALENTE QUE PERMITA FÁCIL DESLOCAMENTO DO EQUIPAMENTO. EQUIPAMENTO COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E SUPERAQUECIMENTO, COM FUNCIONAMENTO CONTÍNUO COMPATÍVEL COM USO PROFISSIONAL. NÍVEL DE RUÍDO COMPATÍVEL COM AMBIENTE INTERNO ADMINISTRATIVO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 110V, 220V OU BIVOLT. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, ACOMPANHADO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNID	6	3.755,50	22.533,00
ME/EPP/MEI	Lote 11	1	113045 - SAPATEIRA COLMEIA: SAPATEIRA EMPILHÁVEL, PODE SER COLOCADA UMA SOBRE A OUTRA PARA OTIMIZAR O ESPAÇO. FABRICADA EM PLÁSTICO POLIETILENO SUPER RESISTENTE E DURÁVEL, CADA MÓDULO CONTÉM 6 "CASULOS" PARA GUARDAR OS SAPATINHOS DAS CRIANÇAS. IDEAL PARA ESCOLAS, CASAS E BRINQUEDOTECAS DEIXANDO SEU AMBIENTE MAIS ORGANIZADO. DIMENSÕES APROXIMADAS: (LARG X ALT X COMP): 130X35X26 CM. PESO: 3800G. CORES A DEFINIR PELA SECRETARIA REQUISITANTE.	UNIDAD	34	428,53	14.570,02
ME/EPP/MEI	Lote 12	1	114289 - MÁQUINA LAVA E SECA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 13 KG, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM E SECAGEM, PAINEL DIGITAL, MÚLTIPLOS PROGRAMAS DE LAVAGEM, ACABAMENTO EM COR CLARA OU INOX, ALIMENTAÇÃO 127V . GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID	2	4.823,30	9.646,60
ME/EPP/MEI	Lote 13	1	106220 - ROUPEIRO DE AÇO 32 VÃOS (VÃOS 200MM X 300MM),, CHAPA 22 C/ PITÃO P/ CADEADO OU FECHADURA, DOBRADIÇAS INTERNAS P/ EVITAR ARROMBAMENTOS, C/ ABERTURA DE 135°. PÉS REMOVÍVEIS E SAPATAS C/ NIVELADOR DE ALTURA, DIMENSÕES: LARGURA: 1225CM X ALTURA: 1980CM X PROFUNDIDADE: 400CM, COR A DEFINIR.	UNID	11	2.502,38	27.526,18
ME/EPP/MEI	Lote 14	1	114303 - TAPETE CONFECCIONADO EM MATERIAL TÊXTIL RESISTENTE, COM COMPOSIÇÃO EM ALGODÃO E/OU FIBRAS SINTÉTICAS, COM BASE ANTIDERRAPANTE QUE PROPORCIONE SEGURANÇA AO USO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 200 X 300 CM, DE FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO, ADEQUADO PARA AMBIENTES INSTITUCIONAIS INTERNOS. COR A DEFINIR PELA SECRETARIA REQUISITANTE.	UNID	10	455,51	4.555,10
ME/EPP/MEI	Lote 15	1	305861 - CAIXA ACÚSTICA ATIVA PROFISSIONAL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000 W. O EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE, NO MÍNIMO, 54 HZ A 18.500 HZ (-3 DB) E FAIXA ESTENDIDA DE 48 HZ A 20.000 HZ (-10 DB), COM NÍVEL MÁXIMO DE PRESSÃO SONORA IGUAL OU SUPERIOR A 127 DB. DEVERÁ POSSUIR COBERTURA SONORA MÍNIMA DE 90° NA HORIZONTAL POR 60° NA VERTICAL E FREQUÊNCIA DE CROSSOVER APROXIMADA DE 1,40 KHZ. O SISTEMA DEVERÁ SER COMPOSTO POR ALTO-FALANTE DE BAIXA FREQUÊNCIA DE 12 POLEGADAS, COM IMÃ DE FERRITA, E DRIVER DE ALTA FREQUÊNCIA TIPO COMPRESSÃO, COM DIAFRAGMA EM TITÂNIO E TAMANHO APROXIMADO DE 1,4 POLEGADAS. DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, DUAS ENTRADAS TIPO COMBO XLR/TRS E UMA ENTRADA ADICIONAL TIPO P10 (TS) HI-Z PARA INSTRUMENTOS. A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER BIVOLT AUTOMÁTICO, OPERANDO EM 100 A 240 V, 50/60 HZ. O GABINETE DEVERÁ SER CONSTRUÍDO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM GRADE FRONTAL EM AÇO COM PINTURA	UNIDAD	11	4.894,44	53.838,84

Assinado por 3 pessoas: THIAGO YUDI SAKATA, DANIELLI CASSIA BETANIN e MARIANA SERVIUC MORI RAGIOTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/7978-BC82-81F2-0860> e informe o código 7978-BC82-81F2-0860



Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
			ELETROSTÁTICA, NA COR PRETA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ADEQUADO PARA USO PROFISSIONAL CONTÍNUO, APRESENTANDO ROBUSTEZ, QUALIDADE SONORA, DURABILIDADE E CONFIABILIDADE, SENDO ACEITOS MODELOS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS.				
AMPLA	Lote 16	1	104806 - APARELHO DE AR CONDICIONADO 60.000 BTUS DEVIDAMENTE INSTALADO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; DO TIPO SPLIT PISO/TETO; COM CAPACIDADE DE 60.000 BTUS; OPERAÇÃO: FRIO; VAZÃO DE AR DE 2300M3/H; COM FILTRO DO TIPO LAVÁVEL E REMOVÍVEL; VOLTAGEM: 220V, TRIFÁSICO; COM CONSUMO APROXIMADO DE 6360W; COM SELO PROCEL, CLASSIFICAÇÃO "A OU B OU C"; FUNÇÕES: 3 VELOCIDADES PARA REGULAGEM DO AR, COM AJUSTE DE TEMPERATURA AUTOMÁTICO; COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; EQUIPAMENTO COMPOSTO DE UMA UNIDADE EVAPORADORA E UMA UNIDADE CONDENSADORA; COM UTILIZAÇÃO DO GÁS R-410; GABINETE CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO E PLÁSTICO ABS; MEDINDO APROXIMADAMENTE 673 X 1288 X 243 MM (EVAPORADORA) E 1162 X 8690 X 325 MM (CONDENSADORA); FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; MANUAL DE INSTRUÇÕES E CERTIFICADO DE GARANTIA EM PORTUGUÊS; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; LEGISLAÇÃO VIGENTE. COM CARGA DE GÁS COMPLETA.	UNID	6	14.351,25	86.107,50
ME/EPP/MEI	Lote 17	1	109757 - SENTA BEBÊ - ESPECIFICAÇÕES: CONFECCIONADO COM ESPUMA DE ALTA PERFORMANCE, REVESTIDO EM BAGUM EMBORRACHADO, ANTIALÉRGICO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E COLORIDO. MEDIDAS: 60X50X15CM.	UNID	50	187,77	9.388,50

1.2. A opção pelo Pregão Eletrônico justifica-se por possibilitar uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento do material durante a vigência do contrato. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.4. Os materiais desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município de Marialva – PR, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantagem do preço e o mútuo acordo entre as partes.

2.2. Em caso de prorrogação contratual, o índice de reajuste será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Marialva, por meio da aquisição de ar condicionado, de materiais e equipamentos permanentes que possibilitem a adequada execução das atividades administrativas e operacionais, a manutenção das condições de trabalho e a melhoria do atendimento à população.
- 3.2. A contratação fundamenta-se no art. 18, inciso X, e art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõem sobre o planejamento da contratação e a elaboração do Termo de Referência como documento essencial para a definição do objeto, da solução e da estimativa de custos.
- 3.3. A aquisição dos referidos materiais é essencial para garantir o funcionamento contínuo e eficiente da Administração Pública Municipal, preservando a qualidade dos serviços prestados.

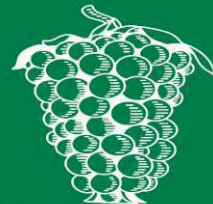
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental eventualmente inseridos na



descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme a Lei nº 14.133/21:

- 5.1.1.1 Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 5.1.1.2 De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar preferencialmente produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis.
- 5.1.1.3 A empresa CONTRATADA deve se atentar ao correto descarte de materiais e resíduos com as devidas comprovações e laudos de descarte apropriados, comprovações e laudos que deverão ser apresentados quando solicitados.

5.2. **Indicação de marcas ou modelos**

5.2.1. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

5.3. **Subcontratação**

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.4. **Garantia da contratação**

5.4.1. Haverá exigência de garantia de execução contratual.

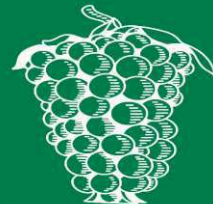
5.5. **Da exigência de amostra**

5.5.1. Não há necessidade de apresentação de amostra.

5.6. **Obrigações das Partes**

5.6.1. **Da Contratada**

- 5.6.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- 5.6.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
- 5.6.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- 5.6.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 5.6.1.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.6.1.6. Entregar o objeto em devidas condições, devendo promover a substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:
 - 5.6.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;
 - 5.6.1.6.2. Apresentar embalagem danificada;
 - 5.6.1.6.3. O peso e/ou tipo de embalagem e/ou rotulagem estiver em desacordo com a norma exigida em Edital;
 - 5.6.1.6.4. Demonstrar contaminação e/ou deterioração.
- 5.6.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;
- 5.6.1.8. Arcar com as despesas decorrentes de exames laboratoriais dos produtos fornecidos, se detectada alteração nas características, caso o CONTRATANTE julgue necessário;
- 5.6.1.9. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.6.1.10. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes



do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.6.1.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.6.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.6.1.13. Acatar todas as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.6.2. Da Contratante

5.6.2.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.6.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.6.2.3. Comunicar, por escrito, às contratadas quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.6.2.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.6.2.5. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.7. Sanções

5.7.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.7.2. advertência;

5.7.3. multa;

5.7.4. suspensão temporária de participação em licitação;

5.7.5. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.7.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.7.7. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.7.8. Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.7.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7.11. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.7.12. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.

5.7.14. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).



5.7.15. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.17. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7.18. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.7.19. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.7.20. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.7.21. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.7.22. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.8. Severidade

5.8.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1ª vez				



5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.8.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.8.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.8.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.8.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

5.9. Moratória

5.9.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.9.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, a critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.9.3. Moratória de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

5.9.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.



- 5.9.5. Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.
- 5.9.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 5.9.7. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condição e local de entrega

6.1.1. Os materiais poderão ser adquiridos de forma parcial, e deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de ciência por parte da Contratada da emissão da Nota de Empenho pela contratante. A entrega deverá ser efetuada no **local indicado no empenho**, de segunda a sexta-feira, no período de 8hrs00min às 11hrs00min e 13hrs00min às 16hrs00min.

6.1.2. Os locais de entrega e instalações estão localizados nos limites geográficos no município de Marialva – PR, suas regiões distritais, e demais comunidades.

6.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (Cinco) dias de antecedência para que quaisquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.4. Os quantitativos serão solicitados de acordo com a necessidade, por parte do Município de Marialva – PR;

6.1.5. Para os lotes 3 e 16, que referem-se aos aparelhos de ar condicionado, a instalação dos equipamentos estará sob a responsabilidade da Contratada:

6.1.5.1. Os materiais e demais insumos demandados para a devida instalação dos equipamentos estarão sob a responsabilidade da Contratada;

6.1.5.2. As intervenções necessárias, em paredes, lajes, forros e afins, para a devida instalação dos equipamentos de ar condicionado estarão sob a responsabilidade da Contratada;

6.1.5.3. Caso as intervenções necessitem de posteriores reparos, estes estarão sob a responsabilidade da Contratada;

6.1.5.4. Em caso de danos causados durante a execução dos serviços de instalação do equipamento de ar condicionados, estes deverão ser reparados pela Contratada.

6.1.5.5. A Contratada deverá efetuar a instalação de acordo com o preconizado no manual do fabricante do equipamento;

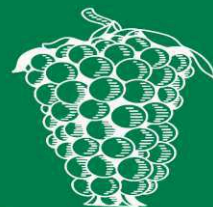
6.1.5.6. Os equipamentos de ar condicionado e suas instalações, de forma sumária, terão recebimento provisório em conformidade a Lei nº 14.133/2021;

6.1.5.7. O recebimento provisório possui por finalidade a devida aferição, pela Unidade Requisitante, das especificações do equipamento ofertado, e sua respectiva instalação;

6.1.5.8. A entrega dos equipamentos de ar condicionado deverá ser, imediatamente, seguida de suas respectivas instalações.

6.1.6. Para a Secretaria Municipal de Educação, os locais de entrega totalizam 16 (dezesesseis) endereços diferentes, localizados na cidade de Marialva e seus distritos conforme endereços discriminados abaixo:

ORDEM	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ENDEREÇO
1	CMEI Aurea Mathias Franco	Rua Projetada C, n.º 90 Conj. Hab. Antônio Almeida Rosa
2	CMEI Dolores Colhado V. Verde	Rua Manoel Nunes Marques, 733, Vila Antonio
3	CMEI Izabel Maria Artero Parra	Rua Rosa Inês Bornia Moreira, 766, Jardim Itália
4	CMEI Leonardo Henrique De Souza	Rua Chile, S/N, Parque Das Palmeiras
5	CMEI Profª Márcia Zucoli	Rua Tieko Hamada nº 250 – Jardim Hamada



6	Escola Municipal Dr. Eurico J. D.de Barros	Rua Prof Doralice Stubbs Parpinelli, 176, Vila Brasil
7	Escola Municipal Dr. Milton Tavares Paes	Rua Washington Luiz, 556 - Centro
8	Escola Municipal Guiti Sato	Avenida dos Cardeais, 266 - Conj. Renato Hungari
9	Escola Municipal Gumerindo Lopes	Est.Sarandí Km 14 - Distrito de Santa Fé do Pirapó
10	Escola Municipal José Garbúgio	Avenida Marialva, nº 483 – Distrito de Aquidaban
11	Escola Municipal Lucas Machado De Paula	Rua Antônio Simões da Silva, nº 100 – Vila Messias
12	Escola Municipal Maria Dos Santos Severino	Rua José Francisco Martinelli, 3210 - Jardim Planalto
13	Escola Municipal Nilo Peçanha	Rua Tieko Hamada nº 424 – Jardim Hamada
14	Escola São Miguel do Cambuí	Rua Itambi, s/n – Distrito de São Miguel do Cambuí
15	Centro de Apoio Pedagógico Cidinha Lugli	Rua Santa Efigênia, nº 1048 - Centro
16	SEDUC - Secretaria Mun. de Educação	Praça Francisco Silveira Rocha, 90 Centro

6.1.7. Todos os itens terão de forma sumária, recebimento provisório, em conformidade à Lei nº 14.133/2021.

6.1.7.1. O recebimento provisório possui por finalidade a devida aferição das especificações técnicas do produto adquirido.

6.1.7.2. Os itens recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da ciência da notificação por parte da Contratada.

6.1.7.3. O Município de Marialva - PR aceitará até 01 (uma) substituição por Empenho dos equipamentos em desconformidade as exigências editalícias, limitada, concomitantemente, a 01(uma) substituição para o mesmo objeto durante a execução contratual.

6.2. Garantia

6.2.1. A garantia dos materiais devem seguir o Código de Defesa do Consumidor.

6.2.2. Para os lotes 3 e 16 que referem-se de ar-condicionado a contratada fica obrigada a garantir a qualidade dos equipamentos, em conjunto com a instalação, contra defeitos mecânicos pelo período mínimo de 12 (Doze) meses, defeitos estes de fabricação, mecânicos, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais, sendo compreendida pela assistência técnica, incluindo mão-de-obra, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos de fábrica, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, fornecendo os respectivos termos e/ou declaração dessa garantia e oferecer treinamento(s) para operação do sistema. Durante o período da garantia, o prazo máximo de atendimento será de 24 (Vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro do chamado técnico, para o atendimento e solução do problema apresentado, excluindo-se deste prazo os sábados, domingos e feriados, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal acatada pela Administração Municipal.

6.2.3. Durante a vigência da garantia, constituem-se obrigações da Contratada:

6.2.3.1 Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição, na íntegra, do equipamento ofertado ou de suas peças acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergências com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos, observado a legislação pertinente;

6.2.3.2 Substituir o equipamento ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação por novos e que possuam a mesma especificação técnica originalmente proposta;

6.2.3.3 Caso ocorram mais de 03 (três) chamados para assistência técnica referente ao mesmo problema, ou 05 (cinco) chamados referentes a problemas distintos, a Contratada deverá substituir o equipamento defeituoso por equipamento novo, com especificação técnica igual ou superior à constante da proposta;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas



avencadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

• Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca Aquino	Gestora de Contratos	3160

• Fiscal:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Dalva Cristina Nabas Soares	Agente Administrativo	3971
Luciene Brambila Moreira	Auxiliar Administrativo	1284
Gilmar Vitorino da Silva	Gerente de Manutenção	9974
Edilaine Aparecida Clementino Ferreira	Diretor Administrativo	9950

• Fiscal Substituto:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Divandro Alessandre Escaratti	Diretor de Segurança Pública	9982
Álvaro Henrique Belotto da Silva	Operador de Som e Luz	4388

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5. Liquidação

8.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

8.5.2.1. A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

8.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos



necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Forma de pagamento

8.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

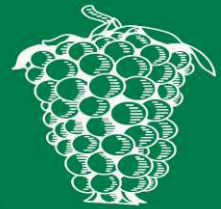
8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na



modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ITEM.

9.1.2. A presente licitação será encaminhada por Menor Preço por Item, com prioridade local, à Micro Empreendedor Individual (MEI), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempresas (ME), amparada no Inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006; nos Artigos nºs 34 à 54 da Lei Municipal Complementar nº 341, de 12 de Dezembro de 2019; e do Decreto Municipal de 12 de Janeiro de 2021, com a finalidade de fomento a economia, e o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito local;

9.1.2.1. Define-se Local: Limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR, inclusas suas regiões distritais, e demais comunidades.

9.1.3. Quanto aos Lotes nºs 01, 03, 05 e 16, os mesmos não atenderão ao parcelamento disposto no Inciso III, do Artigo nº 48, da Lei 14.133/2022, face aos seguintes aspectos: a possibilidade de incorrer em economia de escala com a aquisição em quantidade efetuada junto a um único fornecedor; eficiências na gestão contratual, gerenciamento de pedidos, logística de recebimento e armazenamento dos produtos otimizando assim recursos humanos empregados para tal fim; padronização exigidas para alguns itens, envolvendo tonalidades de cores, layouts e demais atos que envolvem o atendimento da demanda a partir da obtenção dos produtos junto a fornecedor único. Além da instalação necessária para alguns itens, que envolvam garantias de produtos e instalações dos mesmos.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

9.3. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

9.4.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.5. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

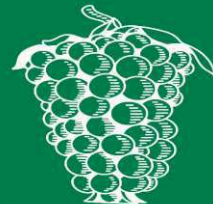
9.5.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.5.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

9.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.



9.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.9. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.11. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.12. **Documentação complementar:**

9.12.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

9.12.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

9.13. **Qualificação Técnica:**

9.13.1. Referente a aquisição de equipamentos de **ar condicionado (lotes n.ºs: 03 e 16).**

9.13.2. Certidão de Regularidade da Proponente junto ao CREA, ou CAU, e/ou Conselho Regional de Técnicos Industriais.

9.13.3. A Proponente deverá apresentar declaração indicando o responsável técnico pela execução do serviço de instalação.

9.13.4. Certidão de Regularidade do responsável técnico indicado pela execução do serviço de instalação junto ao CREA, ou CAU, e/ou Conselho Regional de Técnicos Industriais.

9.13.5. Comprovação de vínculo empregatício entre a Proponente e o responsável técnico indicado pela execução do serviço de instalação:

9.13.5.1. A comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico indicado com a empresa licitante dar-se-á por meio de:

- a) Cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a licitante como empregadora; ou
- b) Cópia do Contrato Social da licitante que conste o responsável técnico como sócio; ou
- c) Cópia de Contrato de prestação de serviços entre a licitante e responsável técnico; ou
- d) Declaração de Contratação Futura do responsável técnico indicado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 849.382,31 (Oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos).

10.2. Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 2001/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado, conforme

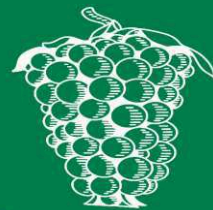


detalhado em Demonstrativos de Formulações de Preços, anexo junto ao processo administrativo supracitado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade ao conteúdo aditado junto aos Despacho nº 01, do Processo Administrativo nº 2001/2026.

Marialva – PR, 24 de abril de 2026.



APÊNDICE DO ANEXO 1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade atender às demandas das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Marialva, que necessitam de equipamentos de ar-condicionado e materiais permanentes destinados à estruturação, manutenção e melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público.

A aquisição desses bens visa substituir equipamentos danificados ou obsoletos e suprir novas demandas decorrentes da expansão e readequação dos espaços públicos municipais, assegurando melhores condições de conforto térmico, ergonomia e eficiência operacional nas unidades administrativas, educacionais, esportivas, de saúde e assistência social.

O atendimento dessa necessidade é essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades públicas, a prestação de serviços de qualidade à população, e o cumprimento das metas institucionais das Secretarias Municipais.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Em conformidade ao Artigo nº 06, do Decreto nº 8087/2022, a municipalidade de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações com fins de racionalizar as aquisições e demais contratações das entidades e órgãos sob a sua responsabilidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A demanda foi formalizada por meio dos pedidos de compra respectivos de cada secretaria e/ou departamento, devidamente justificados e aprovados pelas respectivas unidades requisitantes.

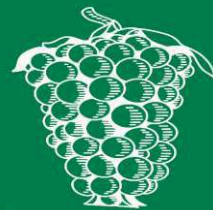
6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar os preços médios praticados para o fornecimento de ar condicionado e material permanente, de modo a estimar o custo da contratação e assegurar que o processo licitatório ocorra com valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Para a definição do valor estimado, foi utilizada a fonte de pesquisa banco de preços (plataforma especializada em registros de contratações públicas).

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas



pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 849.382,31 (Oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 2001/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, anexo junto ao processo administrativo supracitado.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida consiste na aquisição de equipamentos de ar-condicionado e materiais permanentes diversos, conforme as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, visando atender de forma padronizada e eficiente às necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Marialva.

A opção pela aquisição direta de bens permanentes, por meio de licitação na modalidade Pregão, tipo menor preço por item, mostra-se a mais adequada para o atendimento das demandas, considerando que se trata de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, com características objetivas e comparáveis entre fornecedores, nos termos do art. 6º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

A execução contratual contemplará:

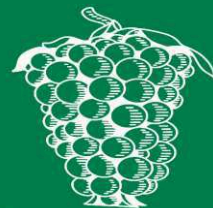
- o fornecimento e entrega dos bens nos locais indicados pelas unidades requisitantes;
- a instalação completa dos equipamentos de ar-condicionado, com todos os materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento;
- o atendimento aos prazos, garantias e condições técnicas estabelecidos no edital e no contrato.

Com a implantação dessa solução, espera-se melhorar as condições estruturais e de conforto ambiental nas unidades públicas, modernizar o mobiliário e equipamentos administrativos, e otimizar o atendimento ao cidadão e as atividades internas dos servidores, promovendo maior eficiência, segurança e durabilidade dos bens adquiridos.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a execução desta contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados para a Administração Municipal:

1. Atendimento integral das necessidades estruturais e operacionais das Secretarias e Departamentos do Município de Marialva, assegurando condições adequadas de funcionamento e continuidade dos serviços públicos.
2. Melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público, mediante a disponibilização de equipamentos, mobiliários e aparelhos de climatização que proporcionem ambientes mais confortáveis, seguros e eficientes.
3. Modernização e padronização dos bens permanentes utilizados pelas unidades municipais, facilitando a gestão patrimonial, a manutenção preventiva e a reposição de peças e equipamentos.
4. Aprimoramento da eficiência administrativa, com reflexos positivos na produtividade dos servidores e na qualidade dos serviços prestados à população.
5. Racionalização de recursos públicos, ao priorizar a aquisição de produtos duráveis, com certificação de qualidade, garantia de fábrica e eficiência energética comprovada, reduzindo custos de manutenção e reposição.
6. Cumprimento das metas institucionais e dos planejamentos setoriais, contribuindo para a execução eficiente das políticas públicas e para o alcance dos objetivos previstos no Plano Plurianual e demais instrumentos de planejamento municipal.
7. Fortalecimento da economia local, mediante a priorização de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados em Marialva, incentivando a geração de emprego e renda no município.
8. Observância aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo que o processo de aquisição atenda ao interesse público com responsabilidade social, ambiental e fiscal.



12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante entende que a pretendida contratação é viável para o devido cumprimento das finalidades administrativas e das demandas das Secretarias requisitantes.

15. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7978-BC82-81F2-0860

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THIAGO YUDI SAKATA (CPF 048.XXX.XXX-42) em 24/04/2026 09:02:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DANIELLI CASSIA BETANIN (CPF 091.XXX.XXX-37) em 24/04/2026 10:16:50 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIANA SERVIUC MORI RAGIOTTO (CPF 051.XXX.XXX-85) em 24/04/2026 10:44:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/7978-BC82-81F2-0860>